

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Políticas e programas endereçados a travestis e transexuais no Brasil são historicamente relacionadas a questões de saúde-doença (Andrade, 2012), potencializando estigmas e preconceitos e, de modo paralelo, distanciando-se das verdadeiras (e necessárias) políticas de inclusão e de caráter afirmativo (Rodrigues Gonçalves; Meira, 2025; Gonçalves, 2023). Para o imaginário social, tais indivíduos ainda são interpretados como uma “subespécie” que se contrapõe, notoriamente, a padrões de gênero e sexualidade dominantes e que, ainda que involuntariamente, desafiam a manutenção da binaridade e da heterossexualidade (Jesus; Alves, 2010; York; Oliveira; Benevides, 2020; Gomes; York; Colling, 2022). Consideradas transgressoras da norma e da ordem (Almeida; Vasconcellos, 2018) e, por vezes, como seres abjetos e “poluentes” (Bento, 2011), travestis e transexuais são, em sua maioria, socialmente coagidas a abdicar de sua identidade para garantir sua sobrevivência em coletividade (Gonçalves; Trujillo, 2020; Maidel, 2022). Como produto social, espaços e ambientes de poder e decisão creditam e maximizam tal estereótipo.

Com frequência, instituições e organizações capazes de oferecer certo grau de visibilidade e representatividade empenham-se em limitar (e, em alguns casos, restringir ativamente) o acesso e a participação de pessoas trans em sociedade (Avelar *et al.*, 2022). Constata-se, portanto, uma precariedade de direitos e garantias sociais culturalmente atribuídas a travestis e transexuais no Brasil (Mayorga *et al.*, 2013; Bento, 2014; Longaray; Ribeiro, 2016). Tal fenômeno se materializa de forma mais evidente na escassez de políticas públicas e programas governamentais incubidos (e capazes) de operar mudanças reais na vida de pessoas trans (Silva Filho; Cavalcanti; Pateo, 2025; Ribeiro, 2022). Até mesmo em governos progressistas, a ausência de políticas para pessoas trans torna-se um fenômeno indesejável –a exceção dos programas de saúde sexual (Arán; Murta; Lionço, 2009; Gonçalves, 2018a; Rocon *et al.*, 2016).

Dados empíricos ilustram a narrativa apresentada pela literatura.

Pesquisas recentes apontam que apenas 16,7% de travestis e transexuais do país possuem empregos formais (da Silva *et al.*, 2020), contra uma média de 56,6% que ainda sobrevive da informalidade (CEDEC, 2021). De acordo com a última fonte, 33% recorrem ao trabalho sexual como fonte de renda primária; 65% apresentam média mensal igual ou inferior a um salário mínimo; e mais de 70% não possuem moradia própria. Tal cenário de precariedade social estende-se também ao campo educacional (Gonçalves, 2018b; Lima,

2020). Entidades da sociedade civil estimam que 70% da comunidade não possuem educação básica completa (ANTRA, 2022). No ensino superior, o panorama é ainda mais desafiador. Menos de 1% frequentam ambientes universitários (ANDIFES, 2019). Diante deste panorama, é possível se questionar sem hesitação: *Seria o Estado capaz de reverter este cenário? Como estados e municípios brasileiros podem (re)inserir pessoas trans em sociedade?*

Este dossiê reúne algumas possíveis respostas capazes de responder a este questionamento. Cerca de 29 trabalhos foram apreciados e, após um processo de análise cuidadoso, com moderada prudência e detalhes, 6 propostas foram aprovadas para publicação. Pesquisas de todas as regiões do país, contidas nesta edição especial da prestigiada Revista COR LGBTQIA+, compartilham lições e aprendizados de políticas e programas endereçados a pessoas trans espalhadas Brasil afora que podem –ainda que tardiamente– devolver a nossos irmãos e irmãs trans o exercício da plena cidadania e a possibilidade de reivindicação e construção de direitos, rompendo assim séculos de subalternização e preconceitos intergeracionais.

Texto de João Vitor Rodrigues Gonçalves

Sob a autoria de Lidyane De Oliveira Santos, Renata Guedes Mourão Macedo e Maria Amélia de Sousa Mascena Veras, o artigo **“Violências contra mulheres trans e travestis: uma revisão de escopo”** investiga, por meio de uma rigorosa revisão de escopo, as formas de violências física, sexual e, sobretudo, institucional, dirigidas a mulheres trans e travestis, bem como as barreiras estruturais ao acesso à saúde. Ao evidenciar que a segurança pública e os serviços de saúde frequentemente revitimizam essa população, o estudo contribui para o dossiê ao demonstrar que políticas eficazes devem transcender a assistência básica, exigindo uma reformulação de protocolos estatais capazes de garantir a integridade física e psicológica como premissa inegociável para o exercício da cidadania.

Sob a autoria de Bruno Campos, Gustavo Alves Eduardo, Luiza dos Santos Tereza, Maria Eduarda de Souza Salles e Flávia Coluna Nicodemos, o artigo **“Inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho: lições sobre o caso de Belo Horizonte”** revela, a partir de um estudo de caso empírico, a fragilidade de políticas corporativas de diversidade quando desconectadas de uma política pública macroestrutural. A pesquisa contribui para o debate ao demonstrar que, sem mecanismos estatais efetivos de regulação e proteção contra a discriminação, o ambiente corporativo permanece hostil, resultando em desligamentos involuntários e perpetuando a vulnerabilidade socioeconômica, o que demanda do Estado uma atuação mais incisiva na fiscalização e no fomento à permanência de pessoas trans no mercado de trabalho formal.

Sob a autoria de Amanda Morgado Barbosa e João Pinheiro de Barros Neto, o artigo **“Capacitação e treinamento inclusivo como instrumentos de acesso de travestis e transexuais ao mercado de trabalho formal”** problematiza a eficácia de programas de

educação profissional e tecnológica quando desvinculados de garantias reais de empregabilidade. Os achados sugerem que, para que as políticas públicas de trabalho e renda sejam efetivas, é insuficiente apenas qualificar a força de trabalho trans; o Estado deve articular estratégias de intermediação ativa que assegurem a transição da formação para o contrato formal, combatendo a transfobia estrutural que persiste nos processos de recrutamento e seleção, validando a qualificação como ferramenta real de mobilidade e transformação social.

Sob a autoria de Ana Gabriela de Sá Barreto Castro, Pedro Yuri da Paz Barbosa, Maria Edhuarda Pires Alves, Júlia Helen Cavalcante Portela e Vilkiane Natercia Malherme Barbosa, o artigo **“Desafios de acesso e cuidado em saúde mental das pessoas trans e sua interface com a psicologia: revisão sistemática”** expõe a permanência de práticas clínicas cisnormativas e patologizantes que comprometem o vínculo terapêutico com travestis e transexuais. O estudo é fundamental para este dossiê ao argumentar que as políticas públicas de saúde mental devem incorporar urgentemente um compromisso ético-político com práticas afirmativas, reconhecendo que o sofrimento psíquico desta população é frequentemente produto da exclusão social e da violência sistêmica, e não uma condição intrínseca à dissidência de gênero e sexualidade.

Sob a autoria de Gustavo Henrique Camargo Eufrazio, o artigo **“Reações em torno da política de ação afirmativa para o ingresso de pessoas trans em universidades federais brasileiras”** introduz o conceito crítico de *cisgovernamentalidade* para explicar como instituições de ensino superior públicas reproduzem significados hegemônicos mesmo no interior de políticas inclusivas. A análise revela que a implementação de cotas para pessoas trans a nível de graduação, embora essencial, enfrenta resistências reacionárias que exigem vigilância institucional e aprofundamento da política para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o reconhecimento epistemológico de corpos trans no espaço acadêmico.

Por fim, o artigo extra intitulado **“Em terra do sol, o arco-íris também brilha: uma análise sobre a implementação do Programa Transcidadania no Rio Grande do Norte”**, de autoria de Jean Claude de Souza Gomes oferece uma perspectiva crucial sobre a interiorização e a capilaridade de políticas sociais de transferência de renda no Nordeste brasileiro direcionado a pessoas trans por meio de uma análise preliminar do Programa Transcidadania do Estado do Rio Grande do Norte. Ao identificar o hiato temporal entre a legislação (2022) e a execução (2023), o estudo ilumina os desafios práticos da burocracia estatal na garantia de direitos para travestis e transexuais, servindo como um termômetro vital para gestores públicos que visam replicar e adaptar políticas sociais e de caráter afirmativo para pessoas trans em diferentes contextos, formatos e relações federativas.

Em suma, as pesquisas aqui reunidas transcendem o mero diagnóstico das ausências estatais para vislumbrar horizontes concretos de cidadania, dignidade e reparação histórica.

Esperamos que este volume sirva não apenas como fonte de consulta acadêmica, mas como instrumento político e técnico para gestores, ativistas e formuladores de políticas comprometidos com a promoção da cidadania e de direitos para pessoas trans no Brasil. Por fim, expressamos nossa profunda gratidão a todas as autoras e autores que confiaram seus manuscritos a esta edição, bem como ao corpo de pareceristas, cujo rigor, celeridade e generosidade intelectual foram indispensáveis para a qualificação deste debate urgente.

Desejamos a todes uma excelente leitura.

Comissão organizadora

João Vitor Rodrigues Gonçalves (UnB/ FGV EAESP)

Rezende Bruno de Avelar (UEG)

Alberto Luís Araújo Silva Filho (IPEA)

Paulo Thiago Carvalho Soares Ribeiro (UnB)

Fe Maidel (UNIFESP)

João Vicente Basso Bernardi (USP)

Emilly Souza (UnB)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. B. DE .; VASCONCELLOS, V. A.. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. **Revista Direito GV**, v. 14, n. 2, p. 303–333, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201814>. Acesso em: 16 dez. 2025.

ANDRADE, L. N de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 279 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 16 dez. 2025.

ARÁN; M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.4, p. 1141–1149, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>. Acesso em: 16 dez. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Nota Técnica nº 02/2024 – Análise sobre a Adoção de Cotas para Pessoas Trans em Instituições de Ensino**. Brasília, DF: ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2024/09/23/antra-nota-tecnica-cotas-trans-2024/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES**. Brasília, DF: Andifes, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2021/07/09/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

AVELAR, Rezende Bruno de; RODRIGUES GONÇALVES, João Vitor; MENDES, Alex; QUEIROZ, Theles Amorim. (Trans)gredindo preconceitos? : a escassez de travestis e transexuais no mundo do trabalho . **Historiæ**, v. 13, n. 1, p. 45–71, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12740>. Acesso em: 16 dez. 2025.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549–568, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 16 dez. 2025.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197>. Acesso em 16 dez. 2025.

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapeamento de Pessoas Trans na cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2021.

DA SILVA, M. A.; LUPPI, C. G.; VERAS, M. A. De, S. M. Work and health issues of the transgender population: factors associated with entering the labor market in the state of São Paulo, Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1723-1734, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33082019>. Acesso em: 16 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R.. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no ensino superior. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SIES), 1., 2018, Goiânia-Goiás. **Anais [...]**. Goiânia-Goiás: Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2018. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/SIES/article/view/12207>. Acesso em: 16 dez. 2025.

GOMES, Maria Sueli Costa; YORK, Sara Wagner; COLLING, Leandro. Sistema ou CIS-tema de justiça: Quando a ideia de unicidade dos corpos trans dita as regras para o acesso aos direitos fundamentais. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1097-1135, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/66662>. Acesso em: 16 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no ensino superior. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SIES), 1., 2018a, Goiânia-Goiás. **Anais [...]**. Goiânia-Goiás: Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2018a. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/SIES/article/view/12207>. Acesso em: 16 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. As barreiras sociais que afastam a população transexual na busca pela permanência no sistema educacional. In: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 5., 2018b. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2018b. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/13310>. Acesso em: 16 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R. **Da esquina à escola: (Re)inserção educacional de travestis e transexuais do programa Transcidadania**. 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Governo) – Fundação Getulio Vargas, Brasília-DF, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/33788>. Acesso em 16 dez. 2025.

GONÇALVES, J. V. R.; TRUJILLO, R. A. S. Da esquina ao escritório: uma análise da ausência de mulheres trans no mercado de trabalho formal em Goiás. **Pensamento Americano**, v. 13, n. 26, p. 33–50, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21803/penamer.13.26.419>. Acesso em 16 dez. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em 16 dez. 2025.

LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, v.77, p. 70–87, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87>. Acesso em: 16 dez. 2025.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p761>. Acesso em: 16 dez. 2025.

MAIDEL, F. O Transcidadania pode mudar as vidas trans? **BIS - Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 13-27, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.52753/bis.v23i1.39600>. Acesso em 16 dez. 2025.

MAYORGA, Claudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; CUNHA, Vivane Martins. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 463–484, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200003>. Acesso em: 16 dez. 2025.

RIBEIRO, Paulo Thiago Carvalho Soares. Criminalizou-se a LGBTIfobia, mas por quê? Uma análise sociológica da vulnerabilidade LGBTI no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 16, p. 282–308, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/13263>. Acesso em: 16 dez. 2025.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus Dias. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>. Acesso em: 16 dez. 2025.

RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MEIRA, L. Public Policy for Trans People: Lessons from Brazil for Social Inclusion. **Development Policy Review**, v. 43, e70015, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/dpr.70015>. Acesso em 16 dez. 2025.

SILVA FILHO, Alberto Luis Araújo; CAVALCANTI, Filipe Matheus Silva; PATEO, Felipe Vella. **Identidades invisíveis? O dilema da (in)visibilidade estatística da população trans**. Brasília, DF: Ipea, nov. 2025. 42 p. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116/td3169-port>. Acesso em 16 dez. 2025.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B.. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, p. e75614, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614>. Acesso em: 16 dez. 2025.